

Processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio em Porto Nacional-TO: uma leitura histórica através da educação do campo

 George Leonardo Seabra Coelho¹,  Greyg Lake Oliveira Costa²

¹ Universidade Federal do Tocantins - UFT. Curso de História Porto Nacional, Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas (PPGHispam-UFT). Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/N - Jardim do Ipês I. Porto Nacional - TO, Brasil.

² Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional - TO.

Autor para correspondência/Author for correspondence: george.coelho@hotmail.com

RESUMO. Neste trabalho abordaremos o processo histórico de regularização do Assentamento Santo Antônio – localizado no município de Porto Nacional-TO – e a criação do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes. Para tanto, faremos uma breve exposição sobre a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na reorganização fundiária nacional e, na sequência, abordaremos as políticas de assentamentos no Governo Fernando Henrique Cardoso e no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Também exporemos a questão da cidadania e os principais movimentos sociais que estabeleceram ligação com e reforma Agrária. Por fim, apresentaremos o processo histórico de criação do assentamento Santo Antônio, a estrutura física e o Projeto Político da escola Chico Mendes. Consideramos que é de suma importância compreendermos como ocorreu a criação desse assentamento, pois, além de ser um dos assentamentos mais antigos do município tocantinense, este estudo poderá oferecer subsídios para que os professores possam utilizar esse estudo para trabalhar com a História deste Assentamento.

Palavras-chave: reforma agrária, cidadania, campo.

Historical process of creation of the Santo Antônio Settlement in Porto Nacional-TO: a historical reading through rural education

ABSTRACT. In this work we will approach the historical process of regularization of the Santo Antônio Settlement – located in the municipality of Porto Nacional-TO – and the creation of the Municipal Education Center of Campo Chico Mendes. In order to do so, we will make a brief exposition on the performance of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) in the national land reorganization, the settlement policies in the Fernando Henrique Cardoso Government and in the Government of Luiz Inácio Lula da Silva. We will also expose the issue of citizenship and the main social movements that have established links with Agrarian reform. Finally, we will present the historical process of creation of the Santo Antônio settlement, the physical structure and the Political Project of the Chico Mendes School. We consider that it is extremely important to understand how the creation of this settlement took place because, in addition to being one of the oldest settlements in the municipality of Tocantins, this study may offer subsidies so that teachers can use this study to discuss the History of the Settlement.

Keywords: agrarian reform, citizenship, countryside.

Proceso histórico de creación del Asentamiento de Santo Antônio en Porto Nacional-TO: una lectura histórica a través de la educación rural

RESUMEN. En este trabajo abordaremos el proceso histórico de regularización del Asentamiento Santo Antônio – ubicado en el municipio de Porto Nacional-TO – y la creación del Centro Municipal de Educación de Campo Chico Mendes. Para ello, haremos una breve exposición sobre la actuación del Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) en el saneamiento nacional de tierras, las políticas de asentamiento en el Gobierno de Fernando Henrique Cardoso y en el Gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva. También expondremos el tema de la ciudadanía y los principales movimientos sociales que han establecido vínculos con la Reforma Agraria. Finalmente, presentaremos el proceso histórico de creación del asentamiento Santo Antônio, la estructura física y el Proyecto Político de la escuela Chico Mendes. Consideramos que es de suma importancia comprender cómo ocurrió la creación de este asentamiento porque, además de ser uno de los asentamientos más antiguos del municipio de Tocantins, este estudio puede ofrecer subsidios para que los profesores puedan utilizar este estudio para discutir la Historia del Asentamiento.

Palabras clave: reforma agraria, ciudadanía, campo.

Introdução

Neste trabalho abordaremos o processo histórico de regularização do Assentamento Santo Antônio – localizado no município de Porto Nacional-TO – e a criação do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes. É de suma importância compreendermos como ocorreu a criação desse assentamento, pois, além de ser um dos assentamentos mais antigos do município tocantinense, este estudo poderá oferecer indícios para compreender a criação da referida escola municipal.

Ao falarmos do Assentamento Santo Antônio, devemos fazer uma breve análise sobre os projetos de reforma agrária que ocorreram nas últimas décadas no Brasil. Partindo desse pressuposto, realizamos, na seção intitulada *O INCRA e a Reforma agrária no Brasil: regime militar e redemocratização*, uma breve exposição sobre a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na reorganização fundiária nacional. Ainda, nessa seção, elucidamos brevemente os projetos de Reforma Agrária nos Governos Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010).

Na seção intitulada *Cidadania, luta e movimentos sociais*, expomos a questão da cidadania e os principais movimentos sociais que estabeleceram ligação direta ou indireta com a criação dos assentamentos brasileiros. Na terceira seção, *Reforma agrária no estado do Tocantins: criação do Assentamento Santo Antônio e a Centro Municipal de Educação do campo Chico Mendes*, descrevemos o processo histórico de criação do assentamento em questão. Para tanto, utilizamos documentos cedidos pelo INCRA e, na sequência, apresentamos a estrutura da escola Chico Mendes e suas propostas pedagógicas.

O objetivo deste artigo é apresentar o processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio e, especialmente, como a criação do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes se inseriu nesta realidade campesina. Nossa proposta apresentada neste estudo vai totalmente ao encontro das propostas da Escola da Terra, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que a formação continuada de professores das escolas localizadas em regiões agrárias deve pautar-se pelo conhecimento do processo histórico dessas localidades. Sendo assim, é relevante apresentar uma breve análise sobre os projetos de Reforma Agrária promovidos no Brasil nas últimas três décadas. Contudo, devemos dar atenção às relações entre questões agrárias, acesso a terra, cidadania e movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem-terra.

É imprescindível apresentar como a escola do campo é pensada no início do século XXI, como a escola localizada nesse assentamento está organizada, quais suas propostas e

qual o público que é atendido. Para nossa análise, reunimos uma farta documentação que está em processo de análise, as quais se encontram nos Arquivos do Município e da Secretaria Municipal de Educação de Porto Nacional. Para subsidiar nossa análise, utilizamos documentos do INCRA e referenciais teóricos para abordar diversas questões sobre a reforma agrária. A partir dessa proposta, convidamos o leitor a conhecer um pouco do processo histórico de surgimento do Assentamento Santo Antônio.

O INCRA e a Reforma agrária no Brasil: regime militar e redemocratização

Com o Decreto-Lei nº 1.110, em 1970, foi criado o INCRA. Essa autarquia substituiu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). O governo militar visou à união desses dois órgãos – responsáveis pela promoção da reforma agrária e o desenvolvimento do setor rural – para viabilizar o processo de ocupação das terras na região Norte. O objetivo era colonizar a região da Amazônia e acabar com conflitos de terras no Nordeste e no Sul do Brasil (Penna & Rosa, 2015).

Com a criação do INCRA ocorreu a elaboração de diversos programas como, por exemplo, o Programa de Integração Nacional (PINⁱ) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) (Silva, Miranda & Rodrigues, 2012). Os primeiros projetos do INCRA, especialmente entre 1970 e 1974, estavam voltados para a Amazônia, mas devido à falta de estrutura e a pouca assistência aos colonos, muitos desses projetos não obtiveram sucesso (Fernandes, 2008).

Com a restauração da democracia na década de 1980, a ideia de colonização da região amazônica foi deixada de lado, mas o órgão continuou a promover – com poucos recursos – alguns projetos de reforma agrária (Penna & Rosa, 2015). Nesta década, retornaram os debates e as propostas sobre a reforma agrária, debates esses que foram materializados no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Esse plano governamental tinha o objetivo de distribuir terras a 7,2 milhões de camponeses em 15 anos, sendo 1,4 milhões de propriedades no primeiro quadriênio entre 1985-1990 (Moreira, 1986). Apesar dos planejamentos, tais propostas não foram aplicadas de forma desejada.

Com o processo de restauração do regime democrático, também foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRADⁱⁱ) (Medeiros, 2021). Com a criação desse órgão, o INCRA perdeu sua autonomia, ficando subordinado ao MIRAD, que era dirigido por José Gomes da Silva, o principal defensor do PNRA (Medeiros, 2021). Apesar dos projetos, esse período foi um momento de muita turbulência para o INCRA, o que

acarretou na renúncia de José Gomes da Silva em 1985 (Medeiros, 2021). Devido às incoerências quanto ao planejamento, o INCRA foi extinto em 22 de outubro de 1987 e o MIRAD assumiu suas funções (Medeiros, 2021). No entanto, dois anos depois, o MIRAD também foi extinto e suas funções foram passadas para o Ministério da Agricultura. Nesse ínterim, o decreto legislativo 2, de 29 de março de 1989, rejeitou o Decreto-Lei 2363, recriando o INCRA (Medeiros, 2021).

No que se refere às questões agrárias brasileiras, Delgado (2005) defende que os anos de 1980 foram uma época de transição. Com o fim do regime militar ocorreu um momento de paz para as forças sociais, pois durante o regime ditatorial não existia espaço para o debate sobre as questões agrárias. Com o momento de abertura política observou-se o reaparecimento de movimentos sociais no campo e entidades de assessoria agrária, assim como o nascimento e reorganização de alguns movimentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a reorganização da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Surgem, também, algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) que apoiaram o Fórum Nacional pela Reforma Agrária (FNRA) (Delgado, 2005). Além dos movimentos sociais citados, Marchetti et al. (2020) aponta outros movimentos que ganharam força depois de 1990, tal como o Movimento Luta pela Terra (MLT), o Movimento Resistência Camponesa (MRC) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Somente na década de 1990 é que o INCRA começou a trabalhar com a desapropriação de terras e com a criação/gestão de projetos de assentamentos rurais (Penna & Rosa, 2015). Foi nessa década – em parte pela pressão dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem-terra – que o INCRA passou a trabalhar na desapropriação das áreas, na gestão e criação de projetos dos assentamentos rurais em várias regiões do território brasileiro (Penna & Rosa, 2015).

Segundo Carvalho Filho (1997), durante a campanha presidencial de 1994 foram poucos os debates ocorridos entre os candidatos, porém, esses debates davam a entender que todos os candidatos estavam de acordo quanto à política fundiária a ser implantada e o papel do INCRA. Veremos, então, como os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (que seguiremos chamando apenas de FHC) e Luiz Inácio Lula Da Silva (que chamaremos a partir daqui de Lula) desenvolveram políticas públicas voltadas para os projetos de assentamentos no país.

Em relação à questão agrária, FHC – na campanha eleitoral de 1994 – apontava algumas mudanças para o campo. O objetivo do candidato era promover a reforma agrária como um meio para a resolução do problema da segurança alimentar, do fortalecimento da agricultura familiar e da redução dos conflitos no campo, os quais se dariam por meio de uma política compensatória (Carvalho Filho, 1997).

O programa de assentamento de FHC, segundo Carvalho Filho (1997), objetivava crescer a cada ano, chegando ao final do mandato com 280 mil famílias assentadas. Essa ideia era vista como simples, porém, realista frente à legislação atual e aos poucos recursos públicos. O plano era: apoiar os trabalhadores dos assentamentos; fortalecer ações entre os três níveis governamentais (federal, estadual e municipal); e, por fim, implementar obras sociais e de infraestrutura, principalmente no Nordeste brasileiro. Ainda, segundo o autor, FHC tinha um discurso contraditório, pois ao mesmo tempo em que apresentava mudanças profundas para o campo, ele não tinha objetivos para a alteração do padrão de concentração fundiária. A aliança eleitoral que apoiava FHC era composta de correntes tradicionais/conservadoras, isto é, expressivamente contrária à reforma agrária.

Segundo Fernandes (2008), existia uma diferença muito forte na abordagem da reforma agrária nas duas gestões de FHC. No primeiro governo acreditou-se que ocorreria a resolução da situação agrária, a qual se daria pela ampla política de assentamentos. Simultaneamente, o governo FHC apostava na ideia de que o Brasil não era um país agrícola, assim como na ideia de que os trabalhadores rurais de baixa renda tenderiam a diminuir (Martins, 2003). No entanto, em decorrência dos conflitos em Corumbiara (RO) em agosto de 1995 e em Eldorado de Carajás (PA) em abril de 1996, o governo percebeu que as tensões existentes no campo estavam por um fio.

Para Delgado (2005), o movimento de “ajuste ultraliberal” no primeiro governo do FHC teve como consequência a desvalorização sobre a renda fundiária. Tal desvalorização apresentou uma deterioração econômica em seu segundo mandato, a qual criou uma queda na renda agrícola. O autor considera, ainda, que essa circunstância gerou a desvalorização do preço da terra. Esse fato facilitou a política da Reforma Agrária, pois barateou o preço da terra e criou conjunturas para uma possível Reforma Agrária.

Entendemos que o governo de FHC tentou criar uma realidade falsa. Segundo Alentejano (2004), pode-se destacar três exemplos de propagandas falsas do governo FHC. Em primeiro lugar temos a publicidade na televisão, em que um ator informava que a cada cinco minutos uma família era assentada. Porém, seguindo essa lógica e supondo que

existissem 4,8 milhões de famílias sem-terra, seriam necessários 48 anos para assentá-las; isto é, se não existissem mais nenhum aumento de famílias nessa situação no país. Já no segundo exemplo, o governo afirmava que se tratava da maior reforma agrária da história, contendo 16 milhões de hectares desapropriados. Todavia, apenas 14% das terras brasileiras foram desapropriadas e, desses 14%, apenas 5% pertencia ao latifúndio. No terceiro exemplo, temos a afirmação do subsídio ao crédito oferecido aos assentamentos. Contudo, conforme apresentado pelo autor, as taxas de juros que em 1995 eram de 20%, subiram para 260% em 1998 (Alentejano, 2004).

Após as propostas do governo FHC não terem dado certo, ocorreram algumas alterações em seu segundo mandato. Martins (2003) considera que a política de reforma agrária no segundo mandato começou após Raul Jungmann ser nomeado – na metade do primeiro mandato – para o Ministério Extraordinário de Reforma Agrária. O governo Federal investiu na criminalização das ocupações de terra. Essa estratégia foi institucionalizada por meio de medidas provisórias que impediam o assentamento das famílias ocupantes, em outras palavras, o governo não desapropriaria as terras ocupadas pelos trabalhadores sem-terra. Essa tática funcionou parcialmente, pois atingiu as ações dos movimentos camponeses e, com isso, diminuiu o número de ocupações familiares (Fernandes, 2008).

Em março de 1999 foi lançado o documento Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural-Política de Desenvolvimento Rural, com Base na Expansão da Agricultura Familiar e sua Inserção no Mercado. Esse documento propunha um novo tipo de desenvolvimento rural, o qual estaria voltado para a produção monocultural para exportação, ou seja, estaria voltado para o agronegócio. Tudo isso havia sido incentivado pelo próprio governo (Alentejano, 2004). Com a ideia de que os assentados eram iguais aos agricultores familiares, o governo de FHC alterou as regras de financiamento dos assentados. Essa posição afirmava que não seria justo para os agricultores familiares que os agricultores assentados tivessem melhores condições de crédito (Alentejano, 2004). De acordo com o autor, o governo FHC afirmava que o aumento do número de assentamentos resultaria de dois problemas: pela inviabilidade financeira do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERAⁱⁱⁱ) e o fato de que a estrutura administrativa do INCRA era incapaz de controlar os assentamentos.

Essa retrospectiva é fundamental para compreender o processo de criação do assentamento Santo Antônio, pois é necessário entender como o primeiro governo FHC elaborou a proposta para a criação de diversos assentamentos. Apesar do fato de que o

governo havia se voltado para o agronegócio e para os latifundiários, ele contribuiu de alguma forma para a criação de alguns assentamentos, entre eles, o Assentamento Santo Antônio. Como parte desta seção, faremos ainda uma análise sobre o governo Lula, uma vez que o Assentamento Santo Antônio somente teve sua regularização na passagem do governo FHC para a gestão do Presidente Lula. Entendemos, também, que é de suma importância analisar como essas políticas públicas tiveram impacto no estado do Tocantins. Temos o objetivo de expor como as ações do governo Lula influenciaram nas questões agrárias e, especialmente, como essas políticas públicas contribuíram com a estruturação do Assentamento Santo Antônio.

Fernandes (2008) destaca que diferentemente da segunda gestão de FHC, o primeiro governo Lula criou um espaço de diálogo com os movimentos camponeses. O MST, como destaca o autor, apoiou a eleição do presidente Lula em 2002, pois existia a expectativa de que o governo do político petista apoiasse a reforma agrária. Ao estudar o governo Lula, Penna e Rosa (2015) afirmam que as superintendências do INCRA^{iv} executaram as políticas da reforma agrária regional, as quais buscavam contato regular com os movimentos sociais. Segundo os autores, essas superintendências eram polos de encontros entre burocratas e militantes dos diferentes movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra (Penna & Rosa, 2015). A partir de 2003, essas articulações impulsionaram a união de alguns movimentos sociais – como o MST e o CONTAG – com órgãos pertencentes ao INCRA.

Em 2003, o MST trabalhou conjuntamente com diversos especialistas para a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA^v), coordenado por Plínio de Arruda Sampaio. Esse plano tinha como objetivo assentar 1 milhão de famílias em 40 milhões de hectares, assegurando a renda mínima familiar em 3,5 salários mínimos, criando 2,5 milhões de postos de trabalhos fixos, dentre outras ações. O custo ficou estimado em 24 bilhões de reais (Marchetti et al., 2020). O II PNRA previa alguns programas para atingir seu objetivo, como: criação de novos assentamentos, cadastramento de terras, regularização fundiária, investimentos nos assentamentos já existentes, obtenção de créditos fundiários, entre outras ações. Todos os programas previam a criação de oportunidades para melhorar a vida das famílias e regularizar a situação das famílias que tinham em sua posse pequenas glebas.

Segundo Albuquerque (2006), as metas do II PNRA foram comprometidas devido à indisponibilidade dos recursos do MDA, os quais não chegaram a 1,4 bilhões no ano. Segundo o autor, para assentar 115 mil famílias, seria preciso 1,5 bilhão, incluindo a recuperação dos assentamentos, a regularização das terras e o crédito fundiário. Após cortes

orçamentários, o governo apresentou planos mais simples, com os seguintes objetivos: assentar 400 mil famílias, regularizar 500 milhões de posses, beneficiar através de crédito agrícola 150 mil famílias, e 2 milhões de postos de trabalho fixo. Segundo Marchetti et al., (2020, p. 295-296):

Mantiveram-se ações de assistência técnica, extensão rural, capacitação, créditos agrícolas e políticas de comercialização. Acrescentaram-se ações visando igualdade de gênero e universalização dos direitos à educação, à cultura e à seguridade social. O Plano oficial, reformulado, não estimou custos nem a área destinada à reforma (Marchetti et al., 2020, p. 295-296).

Outra questão que dificultou a implementação da reforma agrária foi a proximidade entre o agronegócio e o governo Lula. De acordo com Fernandes (2008), o agronegócio foi uma das diversas forças que apoiavam o governo Lula. O autor afirma que, de forma velada, Lula não fez a desapropriação em áreas de interesse do agronegócio, pois necessitava do apoio político desse setor econômico. Devido à falta de recurso financeiro e a proximidade com os interesses do agronegócio, o governo Lula preferiu investir na regularização fundiária de terras camponesas no bioma Amazônico a desapropriar terras para criar novos assentamentos.

No segundo governo Lula ocorreu o que Santos (2011, p. 63) chama de “reconceitualização da reforma agrária”. Para o autor, o governo usou políticas de incorporação para obtenção das terras, enfrentando menos o latifúndio/agronegócio. Nessa nova política, deparamos com a diminuição das desapropriações e o aumento de outras políticas (como o reconhecimento, regularização, compra de terras e doação). O reconhecimento, a regularização, as compras de terras e doações foram melhores opções do que a desapropriação (Santos, 2011). O fato do governo Lula ter escolhido essa opção, gerou problemas para os movimentos camponeses, principalmente ao MST que, entre 2000 e 2007, era responsável por 63% das famílias ocupantes^{vi}.

É importante darmos atenção às formas como as políticas públicas do governo Lula impactaram o estado do Tocantins, particularmente o Assentamento Santo Antônio. Entendemos que abordar essa temática possibilitará entender os anos após a regulamentação do assentamento, o qual se deu em 2003. É necessário compreendermos que o entendimento das políticas públicas – voltadas às questões agrária – nos governos de FHC e de LULA são fundamentais para entendermos o contexto da luta pela cidadania do trabalhador rural sem-terra. Para além de questões políticas, entendemos que a reforma agrária também está

associada à cidadania e, para compreendermos esse processo, se faz necessário apresentar as lutas políticas dos trabalhadores rurais ao longo da década de 1990.

Cidadania, luta e movimentos sociais

Segundo Oliveira (2001), a violência gera morte, porém, gera também uma luta contra ela. Ao colocarmos essa frase no contexto das lutas camponesas pelo acesso à terra, podemos ver a criação de diversos movimentos sociais que priorizaram as demandas dos trabalhadores rurais sem-terra. Segundo o autor, a luta pela terra não é apenas uma opção de vida para essa parcela da população, e sim uma estratégia que visa à criação de uma sociedade com justiça, dignidade e cidadania (Oliveira, 2001). Para o autor, a conquista pela cidadania passa realmente pela reforma agrária, pois ela é uma forma de buscar a justiça social.

Oliveira (2001) afirma que as mudanças que a agricultura brasileira passou no século XX revelaram uma contradição dentro da estrutura agrária: a luta pela reforma agrária e o aumento do latifúndio. Revelou, também, a relação entre a luta pela terra e a busca da democracia por essa população. Vale lembrar que a conquista da democracia se daria através da conquista pela terra, pela identidade camponesa e pela cidadania (Oliveira, 2001). Quando se fala na integração dessa população que sofre da exclusão social no Brasil, o autor afirma que essa integração somente pode ocorrer com a Reforma Agrária, ou seja, ela é o caminho para tirar essa população da margem da sociedade, pelo menos uma parte delas. Sendo assim, a reforma agrária também pode ser política, pois ela dá a possibilidade de levar essa população à conquista de sua cidadania.

Os movimentos sociais de luta pela terra não aceitam a meia cidadania, uma vez que suas pautas de reivindicação são amplas, isto é, extrapolam a luta por acesso a terra e incluem habitação, educação, saúde, lazer e programas para a juventude. Dessa maneira, a reforma agrária deve mudar a estrutura agrária, criando um ideal de relação entre o ser humano, a terra e a produção, focando na transformação individual e social, respeitando o meio ambiente e acabando com o latifúndio. Assim, a ideia de reforma agrária adotada pela legislação não dialoga com a ideia de cidadania defendida pelos movimentos sociais do campo.

Já, segundo Silva (1985, p. 34):

Resumindo de maneira simples e clara: a reforma agrária deve ser um processo de redistribuição dos direitos de propriedade e da posse da terra do país a fim de assegurar aos que nela trabalham, emprego estável, moradia e renda compatível com a sua condição de cidadãos brasileiros. A reforma agrária é hoje a conquista da cidadania para o trabalhador rural! (Silva, 1985, p. 34).

Além da questão da cidadania, a Reforma Agrária também pode ser pensada no campo econômico, pois – caso a Reforma Agrária venha a se concretizar – pode ocorrer um aumento nas ofertas de produtos dessas pequenas unidades no comércio. Segundo Melo et al. (2003, p. 14):

Para a inclusão dos agricultores familiares nos novos mercados que se configuram, é preciso que uma política de desenvolvimento econômico^{vii} venha associada a uma proposta de melhoria na educação formal e não-formal, recuperação do atraso escolar e na capacitação profissional destes agricultores, sob pena deste espaço ser novamente ocupado por grandes produtores ou outros profissionais, aumentando a exclusão no campo (Melo et al., 2003, p. 14).

Os movimentos sociais tiveram um papel extremamente importante na luta camponesa pela terra. Para compreendermos esse processo, podemos lançar mão do conceito de *reforma agrária popular*^{viii}. Partindo dessa concepção, entendemos que os movimentos sociais do campo formam protagonistas no acesso a terra no estado do Tocantins. Ao considerar que os movimentos sociais foram os responsáveis pelo impulsionamento das políticas da “*reforma agrária popular*” e do desenvolvimento rural, nossa premissa é a de que os movimentos sociais tiveram papel muito importante no processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio. A hipótese defendida neste trabalho é que o Assentamento Santo Antônio, no município de Porto Nacional, pode ser considerado, sim, um assentamento gerado pela “*reforma agrária popular*”, pois foram os movimentos sociais, ONGs e a população local que deram o pontapé inicial para a ocupação dessas terras. Veremos, então, alguns dos movimentos sociais ligados à Reforma Agrária, assim como a importância das lutas pela terra, uma vez que esses movimentos sociais estão diretamente ou indiretamente ligados à criação do referido assentamento.

Segundo Fernandes (2008), o primeiro encontro do MST^{ix} foi em janeiro de 1984 no município de Cascavel (PR), mas o autor define seu surgimento entre os anos de 1978 a 1983. Para o autor, o MST passou por diversas conjunturas da questão agrária que acarretaram novos desafios. Desde sua fundação, o MST teve uma relação autônoma com outras organizações que contribuíram para a formação do movimento, como por exemplo, a CPT, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). As relações entre essas organizações e o MST podem ser assimiladas por meio de construções políticas para a mudança da realidade brasileira (Fernandes, 2008).

Em 1995 surgiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, conhecida como CONTAG^x. A entidade se fortaleceu no primeiro mandato do presidente FHC, tendo

como objetivo fundamental o auxílio à reforma agrária (Ribeiro, 2009). A CONTAG é uma associação sindicalista representante nacional dos trabalhadores rurais (Ramos, 2011). O programa da CONTAG possui diversas pautas oficialmente levantadas, como a agricultura familiar, políticas sociais para o campo, reforma agrária, dentre outras. De acordo com o site da CONTAG, o órgão sempre colocou em pauta as questões agrárias. Em relação à agricultura familiar, a associação afirma que a própria Secretaria de Política Agrícola busca elaborar, negociar e difundir políticas públicas e programas voltados para o homem do campo.

Outro movimento social é o Movimento de Luta pela Terra (MLT), que se originou de três processos: o movimento de desempregados do Sul da Bahia, o conflito com o MST e a interferência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no sindicalismo rural da região. Sua constituição iniciou com Manoel Severino, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e membro do PCdoB. Manoel tinha o objetivo de organizar os trabalhadores nas periferias (cidade de Itabuna) iniciando um trabalho no município de Santa Inês e em outros bairros vizinhos (Costa, 1996). Os trabalhos iniciaram e a associação passou a ser chamada de Associação Unida dos Trabalhadores na Agricultura (AUTA), fundada em 1993. A reunião ocorria aos domingos e tinham pautas como os problemas do bairro e a realidade das pessoas que ali viviam (Costa, 1996). A AUTA foi o primeiro núcleo de trabalhos e, por meio dela, o movimento se expandiu. Quando ocorreu o aumento de desemprego, os trabalhadores foram procurar a Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e foram direcionados às reuniões da AUTA; foi essa associação que culminou na criação do Movimento de Desempregados do Sul da Bahia. A composição social desse movimento é de trabalhadores rurais desempregados (em sua maioria) ou trabalhadores urbanos desempregados ou subempregados (Costa, 1996).

Nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2012 ocorreu o Seminário Nacional de Organizações Sociais do Campo^{xi}, momento em que foi formulado o “Manifesto das Organizações Sociais do Campo”. Esse manifesto foi assinado por diversas entidades, entre elas: a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a CPT, a CONTAG, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Camponês Popular (MCP), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o MST e a Via Campesina.

Esse manifesto teve como objetivo definir como deveria ser o processo de luta unificada da reforma agrária, dos direitos ao território e da produção de alimentos saudáveis. Os

principais pontos do Manifesto das Organizações Sociais do Campo consistiam em quatro eixos centrais para o desenvolvimento agrária, sendo eles:

- a) Reforma Agrária ampla e de qualidade, garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais: terra como meio de vida e afirmação da identidade sociocultural dos povos, combate à estrangeirização das terras e estabelecimento do limite de propriedade da terra no Brasil.
- b) Desenvolvimento rural com distribuição de renda e riqueza e o fim das desigualdades;
- c) Produção e acesso a alimentos saudáveis e conservação ambiental, estabelecendo processos que assegurem a transição para agroecológica.
- d) Garantia e ampliação de direitos sociais e culturais que permitam a qualidade de vida, inclusive a sucessão rural e permanência da juventude no campo.

Futuramente, pretendemos fazer um levantamento dos principais movimentos sociais de trabalhadores sem-terra no Estado do Tocantins, assim como, será de fundamental importância obter as informações do movimento ou das associações que contribuíram com a criação do Assentamento Santo Antônio. Esse exercício será substancial para o leitor entender como a reforma agrária está, de alguma forma, ligada à luta dos movimentos sociais em defesa dos trabalhadores rurais sem terra.

Reforma agrária no estado do Tocantins: criação do Assentamento Santo Antônio e o Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes

Segundo Rodrigues et al. (2017), os problemas agrários no Tocantins se iniciaram na época em que o estado ainda possuía ligação com o estado de Goiás, conhecida como extremo norte de Goiás. Com a chegada dos imigrantes – na década de 1940 – vindo de todos os estados do país, os problemas agrários aumentaram (Rodrigues et al., 2017). A imigração promovida pela campanha “Marcha para o Oeste” criou frente para a expansão agrícola ao atrair os camponeses para a região (Coelho, 2010). Essa situação não modificou a estrutura agrária tocaninense e, o mais sério, os camponeses que tomariam posse desse território logo entrariam em conflito com o latifúndio (que avançavam para o centro-oeste, rumo ao norte do país) (Mechi, 2015).

Segundo Rodrigues et al. (2017), nos anos 60 ocorreu a chegada de grileiros e fazendeiros no estado. Esses fazendeiros obtiveram documentação de posse de terras cedidas pelo estado, porém, esses documentos não eram considerados legais, pois eram apenas registros paroquiais. Com o decorrer do tempo, os imigrantes aumentaram e, conseqüentemente, as disputas de terra, as quais eram agravadas pela falta de documentos legais. Essa situação marcou os primeiros conflitos agrários do Tocantins em meados do século XX. Já nos anos 1980, os movimentos sociais pressionando a reforma agrária se

intensificaram no norte do Tocantins. Podemos citar o caso de Buriti do Tocantins que, nessa época, passou a ser conhecida nacionalmente devido aos conflitos violentos entre grileiros, posseiros e integrantes do MST. Vejamos, então, um breve relato de como se deu o processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio no município de Porto Nacional-Tocantins.

Próximo ao Morro de São João existia uma fazenda conhecida por nome de Santo Antônio. Essa fazenda, com 3.401 hectares, fazia limite com a nascente do Córrego Cabo Verde, descendo até o Córrego Fundo. Mediante o Decreto 87.841, de 16 de agosto de 1982, publicado no dia 18 no Diário Oficial da União, esse imóvel foi incorporado ao patrimônio da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

Segundo Vivaldo Pereira da Silva, Raimundo Pereira de Araújo e Aristeu Pereira da Silva, primeiros moradores do assentamento, as primeiras ocupações do terreno tiveram ajuda da Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (COMSAÚDE^{xii}), do STR de Porto Nacional e da CPT. O primeiro indivíduo a ocupar a fazenda, que estava desativada desde 1979 foi Vivaldo Pereira e sua família. Essa ocupação ocorreu devido ao fato de que Vivaldo Pereira havia sido despejado de uma fazenda onde trabalhava como agricultor. Frente essa situação, Vivaldo Pereira resolveu ocupar essa área, construindo um rancho e uma roça de mandioca.

Em 1987 houve um aumento nas construções, principalmente de casas de alvenaria, poços de água manual e estradas, mas não existia energia elétrica, a não ser na sede, que era uma das construções da antiga fazenda. Esse assentamento ainda não possuía uma documentação oficial, porém, isso mudou em 21 de outubro de 1987, data em que foi publicado a Portaria Presidencial nº. 885, que dizia:

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária- INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27, alíneas “a” e “g” do Regimento interno, aprovado pela Portaria Interministerial no 27, de 22 de janeiro de 1985, combinado com os artigos 1o e 20 do Decreto no 94.333, de 14 de maio de 1987; considerando o pronunciamento da diretoria de Recursos fundiários nos altos do processo administrativo INCRA/BR/No 2576/86, RESOLVE:

1 – AUTORIZAR a aquisição do imóvel rural denominado (Fazenda Santo Antônio), com área de 3.401 há (três mil, quatrocentos e um, hectares), situado no município de Porto Nacional, Estado de Goiás, de propriedade da Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER, cuja alienação foi autorizada pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, em Despacho publicado no diários oficial da União de 03/08/87, página no 12.223 pelo valor global de Cz\$ 4.604.733,15 (quatro milhões, seiscentos e quatro mil, setecentos e trinta e três cruzados e quinze centavos), a ser pago em Título da Dívida Agrária com prazo de 5 (cinco) anos.

2 – DETERMINAR a adoção das medidas pertinentes, pela Diretoria da Administração e Finanças e Procuradoria Geral, objetivando a concretização da aquisição hora autorizada,

observada, as recomendações da de Recursos Fundiários. Assinado pelo então presidente Jálder Barbalho.

Após a criação do estado do Tocantins em 1989, o projeto de assentamento Santo Antônio foi analisado por uma equipe de técnicos do INCRA, a qual ficou responsável por cadastrar as famílias. Ocorreu, também, a construção de uma escola chamada de Humbelina, contando com duas professoras, duas merendeiras e classes multisseriadas, do primeiro ao quinto ano, com 58 alunos matriculados.

O projeto do Assentamento Santo Antônio foi o segundo assentamento criado pelo INCRA em Porto Nacional-TO. Pretendemos aprofundar, futuramente, sobre o processo de surgimento do Assentamento Santo Antônio, o papel dos movimentos sociais, sindicatos rurais e organizações sociais nesse processo, a descrição da organização do assentamento, número de famílias, tamanho dos lotes e produção. As fontes para contextualização e descrição do Assentamento Santo Antônio desta pesquisa já foram cedidas pelo INCRA. Entre as informações encontradas, constam certidões de registros gerais da área ocupada, relações de nomes dos posseiros, documentos oficiais relacionados a recursos financeiros e projetos de obras de infraestrutura destinados ao assentamento. Também encontramos Portarias do MIRAD, projeto de aproveitamento econômico, vistorias elaboradas por engenheiros agrônomos com indicação do potencial de produção agrícola da região e seus aspectos produtivos.

Consta também a identificação do Assentamento Santo Antônio e seu histórico indicando a localização e vias de acessos, assim como documentos descrevendo os aspectos físicos do imóvel existente na área antes da ocupação. Encontramos, ainda, a análise do solo, relevo, hidrografia, clima, vegetação, população, situação da escolaridade e disponibilidade de escolas, situação das condições sanitária e do atendimento à saúde. Há informações sobre a exploração da gleba, tamanho do lote, aspecto produtivos, investimentos existentes, economia da região, apoio existente, grupos de área total dos lotes individuais. Nestes documentos encontramos a organização do Assentamento Santo Antônio como, por exemplo, o dimensionamento das parcelas, a área de reserva legal, a área comunitária e formação da organização social. Não obstante, existem informações como mapas, plantas e memoriais descritivos sobre o Assentamento Santo Antônio, as relações dos parceleiros assentados, plano de ação preliminar, portaria de criação do assentamento e projeto definitivo. Também temos acesso a outros documentos como, por exemplo, as anotações, relatórios de viagens e

atas, crédito de habitação, fomento agrícola e alimentação, relação de profissões dos assentados.

Tivemos acesso aos arquivos da associação de moradores do Assentamento Santo Antônio, atas de reuniões, notas fiscais de compras e vendas de produtos agropecuários, projetos executados e a serem executados, ações planejadas para o melhoramento de situação socioeconômica e cultural dos associados e parceiros. Um último conjunto documental está presente nos arquivos do Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), relacionados à questão ambiental e ao fomento da agricultura no Assentamento Santo Antônio.

Por meio das lutas dos movimentos sociais e sindicais no assentamento Santo Antônio foi criado – após o fechamento de outras três escolas – o Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes^{xiii} (conhecido popularmente como Chico Mendes). O nome da escola em homenagem a Francisco Alves Mendes Filho foi regulamentado pela Lei Municipal 1.983 de 15 de junho de 2009. Essa lei foi promulgada no mandato da prefeita de Porto Nacional, Tereza Cristina Venturini Martins. Essa escola está localizada na margem da rodovia TO-255^{xiv}, no Km 12.

O Centro Chico Mendes possui uma proposta pedagógica voltada à juventude camponesa. Leva em consideração suas raízes culturais, dando ênfase à família, à comunidade, ao trabalho e à escola. A experiência é a base para compreender a sociedade contemporânea em que o jovem está inserido e a compreender a si mesmo. Essa proposta segue as bases legais da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e utiliza a Pedagogia da Alternância como instrumento/proposta pedagógica.

O Centro Chico Mendes atende jovens camponeses (filho de agricultores familiares) de ambos os sexos que estão cursando o ensino infantil e o ensino fundamental I e II. São alunos de 04 até 21 anos de idade; o perfil de suas famílias é de assentado da reforma agrária, empregados rurais, meeiros, Quilombolas, pequenos proprietários, servidores públicos e outras profissões do campo, todos do município de Porto Nacional.

A Pedagogia da Alternância utilizada no Centro Chico Mendes^{xv} é criada e recriada cotidianamente como parte de um mundo complexo e da diversidade das relações. Permanentemente, a pedagogia da alternância mostra conteúdos disciplinares, de forma que são trabalhados com o contexto histórico e cultural, procurando a proximidade vivenciada pelo aluno, usando didática específica para associar teoria e prática, buscando uma construção

coletiva do conhecimento científico e se comprometendo com a transformação da realidade vivida.

Quadro 1 - Demonstrativo da infraestrutura do Centro Chico Mendes.

Item	Instalações	Quantidades
01	Salas de aula	04
02	Dormitórios	02 F/M
03	Banheiros	04 F/M
04	Sala do professor	01
05	Banheiros para servidores	02 F/M
06	Dispensa para materiais de limpeza	01
07	Sala da direção	01
08	Sala da coordenação	01
09	Secretaria escolar	01
10	Lavanderia	02 F/M
11	Lavanderia de louças	01
12	Área livre coberta	02
13	Refeitório	01
14	Cozinha	01
15	Mostra para material de limpeza	01
16	Depósito para alimentos	01
17	Depósito de ferramentas insumos agrários	01
18	Laboratório de informática	01
19	Biblioteca desativada	01
20	Suinocultura	01
21	Avicultura	01

22	Horticultura	01
23	Quadra poliesportiva sem cobertura	01

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2020) do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes.

O Centro Chico Mendes possui um quadro muito específico para atender as demandas da educação do campo, visando à responsabilidade e qualidade. Apesar do compromisso, o maior problema encontrado nessa unidade escolar é um número reduzido de servidores efetivos. Esse fato dificulta as ações, particularmente no comprometimento do planejamento no início do ano letivo. Outra dificuldade está relacionada na contratação de servidores, principalmente dos docentes com formação em disciplinas específicas.

Quadro 2 - Demonstrativo da distribuição dos servidores do Centro Chico Mendes.

Servidores	Função	Efetivos	Contrato temporário
01	Gestão		01
01	Coordenador Pedagógico	07	01
14	Professores		07
01	Administrativo		01
03	Merendeiras		03
04	Serviços Gerais		04
02	Monitores		02
03	Vigias		03
01	Secretária	1	

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2020) do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes.

A escola conta com 30 servidores, sendo 07 pedagogos, 02 geógrafos, 03 com formação em Letras, 01 com formação em Biologia, 01 servidor com magistério e apenas 01 professor especialista em Educação do Campo. Uma análise mais profunda sobre a finalidade da Educação do Campo torna-se necessária. Para tanto, devemos problematizar o que é Educação do/no campo, como se organiza a caracterização do planejamento do projeto político pedagógico, assim como, aprofundar na descrição da organização escolar, a forma como se estrutura a Pedagogia da Alternância e o perfil dos alunos.

Considerações finais

Como visto, apresentamos o processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio no município de Porto Nacional e, especialmente, a criação do Centro Municipal de Educação do Campo Chico Mendes. Esta proposta vai totalmente ao encontro das propostas da Escola da Terra, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que a formação continuada de professores das escolas localizadas em regiões agrárias deve se pautar pelo conhecimento do processo histórico dessas localidades. Devemos, sempre, dar atenção às relações entre questões agrárias, acesso a terra, cidadania e movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem-terra. É imprescindível apresentar como a escola do campo deve ser pensada no início do século XXI, como as escolas localizadas nos assentamentos estão organizadas, suas propostas e o público que elas atendem.

Ainda, sobre a importância deste trabalho para a formação de professores proporcionados pelo programa escola da Terra, os docentes podem ter plena consciência de que escola direcionada às populações rurais estava imbuída do sentido estritamente prático, o qual marcou essa modalidade de ensino até a década de 1990. Essa característica apenas foi modificada no início do século XXI com as propostas da Educação do Campo, proposta essa voltada para a valorização das sociabilidades e culturas locais. No que concerne ao fortalecimento da Educação Popular no Brasil, vemos, a partir da década de 1980, o retorno da articulação dos movimentos políticos – interrompidos pela ditadura militar iniciada em 1964 – em prol de direitos sociais, entre eles, a defesa de uma educação específica para o homem do campo.

Segundo Roseli Caldart (2000), essa proposta foi fortalecida no final da década de 1990 por meio de políticas públicas que garantiram o direito a uma educação que fosse *no* campo – uma educação dada no lugar onde se vive – e *do* campo – uma educação pensada com a participação dos sujeitos. Roseli Caldart pertence a uma linha interpretativa já bastante consolidada, a qual têm Mônica C. Molina, Miguel Arroyo e Bernardo M. Fernandes como os principais expoentes. Essa tendência institucionalizou-se na primeira década do século XXI, sendo o Centro Chico Mendes um exemplo desta proposta.

Referências

Albuquerque, V. O. (2006). *Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

Alentejano, P. R. R. (2004). A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. *Agrária*, 1(1), 2-15. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i1p2-15>

Caldart, R. (2000). *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Carvalho Filho, J. J. (1997). Reforma agrária: de eleições a eleições. *Estudos Avançados*, 11(31), 99-109. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000300006>

Coelho, G. L. S. (2010). *Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Costa, G. S. (1996). *MLT: O Movimento de Luta pela Terra: Um movimento em movimento* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Delgado, G. (2005). A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In Jaccoud, L. (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo* (pp. 51-90). Brasília: IPEA.

Fernandes, B. M. (2008). O MST e as reformas agrárias do Brasil. *Boletim DATALUTA*, 9(24), 73-85.

Marchetti, F., Marques, P. E. M., Santos, J. D., & Silva, F. O. C. (2020). Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, (28), 254-311. <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-2>

Martins, J. S. (2003). A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. *Tempo Social*, 15(2), 141-175. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200006>

Mechi, P. S. (2015). Modernização excludente e conflito social na região do Tocantins nas décadas de 1970 e 1980. *Textos e Debates*, (25), 117-201. <https://doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i25.2779>

Medeiros, L. S. (2021). *Instituto nacional de colonização e reforma agrária (INCRA)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.

Mello, M. A. et al. (2003). Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In *XLI Congresso da Sober* (pp. 1-14). Juiz de Fora, MG.

Moreira, R. (1986). O plano nacional de reforma agrária em questão. *Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 1(1), 6-19.

Oliveira, A. U. (2001). A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, 15(43), 185-206. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

Penna, C., & Rosa, M. C. (2015). Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. *Lua Nova*, 57-86. <https://doi.org/10.1590/0102-6445057-085/95>

Ramos, C. (2011). CONTAG: distantes abordagens e base social. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História–ANPUH* (1-14). São Paulo, SP.

Ribeiro, M. M. C. (2009). *Modelos de reforma agrária: evasão e permanência em assentamentos rurais no Estado do Tocantins* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Rodrigues, A. C. S. et al. (2017). Reforma agrária no estado do Tocantins, embasamento histórico e atual na microrregião. *Ciência Agrícola*, (15), 19-22. <https://doi.org/10.28998/rca.v15i0.3714>

Santos, R. O. C. (2011). O que teve de reforma agrária no governo Lula? *Revista Campo-Território*, 6(12), 63-78

Silva, J. G. (1985). Reforma Agrária. *E agora Brasil?*, 1(4), 34-37.

Silva, M. P. N. S., & Miranda, R. S., Rodrigues, A. B. (2012). A questão agrária brasileira revisitada. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 7(1), 48-54.

ⁱ Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tinha o objetivo de implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país.

ⁱⁱ Decretado pela lei Nº 91.214 de 30 de abril de 1985, no governo de José Sarney, foi criado o MIRAD. Sua competência era tratar da reforma agrária, discriminação e arrecadação de terras públicas, regularização fundiária, legitimação de posses, colonização em terras públicas e disciplinamento da colonização privada, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Contribuição de Melhoria referente a imóveis rurais, aquisição de imóveis rurais estrangeiros (Brasil, 2021).

ⁱⁱⁱEssa lógica veio dos assentamentos de 1995 a 1998 que tinham uma dívida de 5,8 bilhões de reais (em terras e créditos). A estimativa era que o devido conjunto dos assentados seria de 8 bilhões de reais. Essa dívida, entretanto, não poderia ser cobrada, pois existiam problemas com a titulação e emancipação dos assentamentos. O governo em busca de solução propõe a redução das exigências para a emancipação das terras (Alentejano, 2004).

^{iv}Esse órgão possuía uma propensão muito grande à interferências políticas e partidárias devido aos líderes dos movimentos serem conectados a partidos políticos. Por exemplo, após 2003 – quando o PT entra na direção do INCRA – a ocupação de cargos burocráticos passou a ser um ponto importante para os movimentos que lutavam para a reforma agrária.

^v No final de 2003 foi aprovado o II PNRA, que tinha como objetivo um número menor que o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Nesse plano, a ideia era assentar 400 mil famílias em 3 anos (2003-2006), regularizar a posse 500 mil famílias, dar crédito fundiária a 128 mil famílias e viabilizar a economia dos assentamentos (Carvalho, 2010).

^{vi} Nesses anos, no Brasil, ocorreu a ocupação de terras de 583 mil famílias, porém, 373 mil estavam organizadas no MST. Em 2007 havia em torno de 70 mil famílias, sendo 45 mil organizadas pelo MST.

^{vii} Quando falamos sobre desenvolvimento econômico, devemos falar sobre a renda média na Agricultura. Queremos deixar claro ao leitor que não podemos esquecer que é fundamental analisar a relação entre reforma agrária e desenvolvimento econômico local, especialmente os impactos econômicos do Assentamento Santo Antônio no município de Porto Nacional-Tocantins. Como esse não é o objetivo neste estudo, deixaremos essa análise para estudos futuros.

^{viii} A reforma agrária popular ocorre quando movimentos sociais são os agentes causadores de uma reforma ampla que desfaz a concentração fundiária, democratiza o acesso a terra, ao capital financeiro e à educação (Marchetti et. al., 2020).

^{ix} Quando o movimento foi fundado, se denominou de Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST), porém, o autor diz que o termo “trabalhadores rurais” não se fixou na sigla, e em 1980 passa a ser MST (Fernandes, 2008).

^x Se seguirmos a ideia de Ribeiro (2009), o sindicato teria atualmente 26 anos, porém, no site da CONTAG, fala que em 2013 faria 50 anos de fundação, tendo atualmente 57 anos.

^{xi} Foi uma reunião que visava à construção e a realização da luta unificada em prol da reforma agrária, dos direitos territoriais e produção de alimentos saudáveis.

^{xii} Em 1967 é criada a ONG chamada COMSAÚDE que tinha como objetivo promover programas de combates às verminoses, desnutrição, habitação sem melhorias, promover cursos profissionalizantes, educação e estímulo aos artesãos e defender a população portuense. A CONSAÚDE participou da organização dos primeiros centros comunitários e criou a associação de artesão e o STR em Porto Nacional.

^{xiii} Conhecido como Chico Mendes, foi um ambientalista e guardião da Amazônia nascido 15 de dezembro de 1944 e morto em 22 de dezembro de 1988.

^{xiv} Essa estrada liga Porto Nacional, Monte do Carmo e Ponte Alta do Tocantins. Foi inaugurada em 07 de julho de 2007 pelo prefeito Paulo Sardinha Mourão, em parceria com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador do Tocantins, Marcelo de Carvalho Miranda.

^{xv} Vale ressaltar que, além do Centro Chico Mendes, existem mais cinco escolas agrícolas no Tocantins, que estão nos municípios de Porto Nacional, Colinas, Monte do Carmo, Esperantina e São Salvador. Todas trabalham com a pedagogia da alternância, sendo elas: EFA-Porto Nacional, EFA-Zé de Deus, EFA- Brigadas Che Guevara, EFA- Do Papagaio Padre Josimo, EFA-José Porfírio de Souza. Dessas unidades, apenas o Centro Chico Mendes atende a proposta da pedagogia da alternância no âmbito municipal.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 31/01/2022
Aprovado em: 06/04/2022
Publicado em: 28/05/2022

Received on January 31th, 2022
Accepted on April 06th, 2022
Published on May, 28th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Coelho, G. L. S., & Costa, G. L. O. (2022). Processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio em Porto Nacional-TO: uma leitura histórica através da educação do campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e13904. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13904>

ABNT

COELHO, G. L. S.; COSTA, G. L. O. Processo histórico de criação do Assentamento Santo Antônio em Porto Nacional-TO: uma leitura histórica através da educação do campo. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e13904, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13904>